



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2026

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar informações acerca da atuação do Governo Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diante de invasões de propriedades rurais e áreas produtivas atribuídas a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como sobre a situação de famílias acampadas no Estado do Espírito Santo.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar informações acerca da atuação do Governo Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diante de invasões de propriedades rurais e áreas produtivas atribuídas a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como sobre a situação de famílias acampadas no Estado do Espírito Santo.





Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Quantas ocupações ou invasões de propriedades rurais atribuídas a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram registradas no território nacional nos anos de 2025 e 2026, indicando-se os estados onde ocorreram, as datas e as áreas afetadas.*
- *Se o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar ou o INCRA tinham conhecimento prévio ou foram informados sobre mobilizações organizadas pelo MST que resultaram em ocupações de propriedades privadas ou áreas produtivas no país durante o ano de 2026.*
- *Especificamente em relação à ocupação de área pertencente à mineradora Samarco na localidade de Ubu, município de Anchieta, no Estado do Espírito Santo, ocorrida em março de 2026, se houve qualquer contato, interlocução ou tratativa institucional entre o Ministério, o INCRA e representantes do movimento antes ou após a mobilização.*
- *Se há, no âmbito do Ministério ou do INCRA, processos administrativos, estudos ou avaliações em andamento que envolvam áreas localizadas no município de Anchieta ou em outras regiões do Estado do Espírito Santo para fins de reforma agrária ou eventual destinação fundiária.*
- *Quantas famílias atualmente vinculadas ao MST ou a outros movimentos sociais encontram-se em situação de acampamento aguardando assentamento no Estado do Espírito Santo, indicando-se as regiões e o tempo médio de permanência nessas condições.*
- *Quais políticas públicas ou programas estão sendo executados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para prevenir conflitos fundiários e evitar a ocorrência de*





invasões de propriedades privadas, indicando-se as ações específicas implementadas no período recente.

- *Se existe protocolo institucional ou canal de interlocução formal entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA e movimentos sociais ligados à pauta da reforma agrária, especificando a natureza dessas interações e seus objetivos..*

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, têm sido amplamente divulgados episódios de invasão de propriedades privadas, ocupação de áreas produtivas e bloqueios de infraestruturas logísticas atribuídos a mobilizações organizadas por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em diferentes regiões do país.

Um dos casos mais recentes ocorreu no município de Anchieta, no Estado do Espírito Santo, onde foi registrada a ocupação de área pertencente à mineradora Samarco¹, localizada na região de Ubu, área que integra importante complexo industrial e logístico vinculado à cadeia mineral brasileira.

Além da invasão de propriedade privada, foram noticiadas ações paralelas envolvendo bloqueios de trechos ferroviários utilizados para o transporte de minério e outras cargas estratégicas, o que suscita preocupação quanto à eventual interrupção de serviços logísticos essenciais e possíveis danos à infraestrutura utilizada por empresas concessionárias de transporte ferroviário.

A região em questão possui relevância estratégica para a economia nacional, uma vez que abriga instalações industriais, portuárias e ferroviárias responsáveis pelo escoamento de produção mineral destinada ao mercado internacional, com impacto direto

¹ <https://eshoje.com.br/espírito-santo/2026/03/mst-ocupa-area-da-samarco-em-anchieta-e-bloqueia-ferrovia/>





sobre empregos, arrecadação tributária e cadeias produtivas associadas.

Nesse contexto, torna-se fundamental esclarecer quais medidas vêm sendo adotadas pelo Governo Federal para prevenir e coibir ações que possam configurar invasão de propriedade privada, danos à infraestrutura produtiva ou bloqueio de corredores logísticos, especialmente quando tais atos podem atingir serviços concedidos pela União ou estruturas de interesse federal.

A Constituição Federal assegura o direito de manifestação e de reivindicação social, mas também estabelece a proteção à propriedade privada, à ordem econômica e à continuidade de serviços essenciais, cabendo ao Estado garantir a observância da legalidade e a preservação da segurança jurídica.

Diante da relevância do tema e de seus potenciais impactos sobre a segurança no campo, a estabilidade das cadeias produtivas e o ambiente de investimentos no país, faz-se necessário que o Ministério esclareça as medidas adotadas no âmbito de sua competência.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

